

UMA QUESTÃO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA CONJUGAÇÃO VERBAL DE ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A QUESTION OF LINGUISTIC VARIATION IN THE VERB CONJUGATION OF BASIC EDUCATION STUDENTS

Andra Martins Ribeiro 1
Kayla Pacheco Nunes 2

Resumo: O presente trabalho apresenta reflexões a partir de um relato de experiência realizado com alunos do 9º ano do Ensino Fundamental de escola rural no Norte do Tocantins. A proposta analisa a língua do “emo”, praticada por estudantes durante a conjugação de verbos. A investigação se faz mediante observação das situações de fala, escrita e leitura em voz alta. Definimos como objetivo geral, discutir fatores que influenciam na conjugação verbal. O estudo é de caráter qualitativo-interpretativo e toma como corpus atividades desenvolvidas e registradas em diário de campo. Como fundamentação teórica, mobilizamos estudos que se voltam para as variações da língua. Como resultado, evidenciamos que há certa disparidade entre a fala e escrita no repertório de estudantes, mas tal desvio à norma padrão observado nas situações de oralidade, não é regra quando se observa o ato da escrita, logo, tal fenômeno deve ser assinalado como variação de ordem sociocultural, uma das marcas identitárias do grupo.

Palavras-chave: Verbo. Emo. Conjugação. Variação. Identidade.

Abstract: The present work presents an experience report carried out with students of the 9th grade of elementary school in a rural school in Northern Tocantins. The proposal analyzes the language of “emo”, practiced by students during the conjugation of verbs. The investigation is done by observing the situations of speaking, writing and reading aloud. We defined as a general objective, to discuss factors that influence verbal conjugation. The study is of a qualitative-interpretative character and takes as a corpus activities developed and recorded in a field diary. As a theoretical basis, we mobilize studies that focus on language variations. As a result, we show that there is a certain disparity between speech and writing in the students’ repertoire, but such a deviation from the standard norm observed in oral situations is not a rule when observing the act of writing, therefore, this phenomenon should be marked as variation sociocultural, one of the group’s identity marks.

Keywords: Verb. Emo. Regency. Variation. Identity.

Graduada em Letras. Mestranda do Programa de Mestrado
Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), pela Universidade
Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3723686403806682>.
E-mail: andrinhamr@hotmail.com

Graduada em Pedagogia. Mestranda do Programa de Mestrado
Profissional em Letras em Rede Nacional (PROFLETRAS), pela Universidade
Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2670075062259458>.
E-mail: kayla_pacheco@hotmail.com

Introdução

Refletir sobre a língua diz respeito ao entendimento sobre a profundidade da variação linguística presente no Brasil, seus reflexos sobre o processo de ensino-aprendizagem e a maneira como a educação passou a valorizar não apenas a gramática normativa na Língua Portuguesa, mas todas as gramáticas que compõem o repertório linguístico de seus falantes. Nesse aspecto, compreende-se também que o reconhecimento das diferentes gramáticas que o aluno apresenta de forma natural deve ser inerente ao processo educativo. Logo, o ensino de gramática normativa deve partir das diferentes gramáticas que chegam à escola para se chegar, através do processo de transdução, ao ensino da norma padrão.

No presente artigo, foram utilizadas, para a revisão de literatura, o aporte teórico de Bagno (2012); (1999), Oliveira (2016) e Queriquelli (2017), para refletir sobre a conjugação verbal desenvolvida por estudantes que praticam a língua do “emo” nas diferentes situações comunicativas.

Muitas gramáticas chegam à escola

É notório que o Brasil é um país de dimensões continentais, tendo sua história marcada pela diversidade de culturas. Tal diversidade inclui entre as principais características, a variedade linguística, não apenas no sotaque, mas nos termos empregados e sua semântica. Tomando como referência a proposta de Bagno (2012, p. 22), que reconhece a Língua como “acervo de conhecimentos compartilhados pelos membros de uma comunidade”, até aqui, podemos dizer que o Brasil é formado por um mosaico de línguas, nativas e derivadas de outras línguas. Sabemos, pois, que esse acervo linguístico foi construído ao longo de meio milênio e, nesse mosaico, como a história registra, uma língua prevaleceu às demais como peça central e tornou-se idioma oficial dos falantes brasileiros, a norma padrão da Língua Portuguesa (denominada Português Brasileiro – PB).

Com base no conceito de língua, por Bagno (2012, p. 22), não devemos e nem podemos nos limitar à ideia de língua enquanto “código com fins meramente comunicativos, mas levar em conta o fato de que a linguagem é determinada por um conhecimento prévio que possibilita colocá-la a serviço da comunicação”. Sob esse viés, observamos que, no cotidiano, a Língua Portuguesa apresenta-se de diferentes modos, relacionados à diversidade regional e à multiplicidade de classes sociais, idades e situações comunicativas, e assim, diferentes gramáticas constituem o universo de seus falantes, entendidas, a grosso modo, como variedade linguística. Consideremos, a seguir, as palavras de Queriquelli (2017):

Existem fatos que distinguem, que identificam a língua que falamos, quando a colocamos em contraste, quando a comparamos com outras variedades da mesma língua, ou com outras línguas. Esses fatos distintivos compõem a identidade gramatical da nossa língua e, em última instância, compõem também a nossa identidade pessoal. Afinal, em certa medida, eu sou quem eu sou porque eu falo como eu falo. É ou não é? E se disséssemos que todas essas características que distinguem o português brasileiro do português europeu são permanências do latim ou do português arcaico no PB, ao passo que as variantes europeias são inovações mais recentes na história da língua? (QUERIQUELLI, 2017 p. 36).

Nesse contexto, observamos que tanto a língua oral quanto a escrita apresentam fatores determinantes que interferem diretamente na identidade gramatical de um falante ou grupo de falantes. Nesse sentido, Haüy (2015) explicita que “tanto a língua falada quanto a escrita apresentam variantes ou níveis linguísticos decorrentes de vários fatores, principalmente as de ordem sociocultural e geográfica” (HAUY, 2015, p. 59). Sabemos que tais fatores corroboram para a manifestação de expressões distintas entre os falantes da língua portuguesa, por exem-

plo, durante as práticas comunicativas.

Direcionando nossa observação ao âmbito escolar, entendemos que é primordial oportunizar o aluno a entender esses diversos fatores, evitando, dessa forma, os preconceitos de ordem linguística. Na esteira da Base Nacional Comum Curricular, BNCC, destacamos duas competências específicas para o Ensino Fundamental na área de Língua Portuguesa (01 e a 04 respectivamente), que validam esse posicionamento:

1 - Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.

4 - Compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos (BRASIL, 2018 p. 87).

Para compreendermos tal fenômeno, é necessário apontarmos as diferentes concepções acerca da tradição gramatical normativa. Ao longo dos anos, o conceito de norma culta bem como o de norma padrão, esteve intimamente relacionado a um mecanismo de ascensão social. Seguindo essa concepção, ela reflete e mede posições sociais e desigualdades. Haüy (2015), nesse ponto, esclarece que “o conhecimento e emprego da norma culta possibilitam aos usuários ascensão sociocultural e profissional” (HAUY, 2015, p.60). Desse modo, a norma padrão, apesar de ser o principal fator de unidade linguística, à luz desse pensamento, é adotada principalmente pela elite cultural.

Em relação à escolha da gramática normativa como modelo de coesão linguística, sabemos que seu uso justifica-se, segundo a tradição, porque ela tende a facilitar a comunicação e o aprendizado do PB, garantindo o monopólio da referida língua. Ademais, ela estabelece normas para a comunicação oral e escrita em prol da padronização deste idioma, facilitando assim, as relações sociais por meio da comunicação. Diríamos um modelo a ser seguido em todo o território brasileiro, o que requer escolarização e rigorosa obediência ao conjunto de regras que a constituem.

Entretanto, Bagno (2012, p. 26) esclarece que todo indivíduo tem uma gramática internalizada, ao afirmar que “todo falante da língua, qualquer que seja o seu nível de escolarização, apresenta esse conhecimento natural, estando ou não consciente dele”. Em contraposição, notamos, cotidianamente, que as pessoas situadas nas camadas superiores da pirâmide social acabam escapando da padronização e têm sua gramática internalizada respeitada. Já os que se encontram em situação de vulnerabilidade, por sua vez, tendem a sofrer com variados preconceitos em diversos ambientes sociais.

Assim, percebemos sob a esteira de Bagno que a língua normativa não está a serviço da ascensão social, uma vez que, no Brasil, o domínio da norma padrão não está necessariamente nas mãos da elite econômica, mas que os desvios praticados por essa parcela da sociedade não são tão perseguidos. Bagno (1999) usa um exemplo bem simples para tentar explicar a situação: Se realmente, a gramática normativa fosse instrumento de ascensão social, os professores de português fariam parte da classe dominante, já que, em tese, tal classe tem domínio da norma. Ele preconiza:

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da [pg. 70] variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. É preciso favorecer esse reconhecimento, mas também garantir o acesso à educação em seu sentido mais amplo,

aos bens culturais, à saúde e à habitação, ao transporte de boa qualidade, à vida digna de cidadão merecedor de todo respeito (BAGNO, 1999, p. 66-67 - grifos do autor).

Sabemos que a garantia da variação linguística, defendida por Bagno, não é alcançada pelos brasileiros. Isso ocorre porque a norma padrão no PB não é dominada por todos os seus falantes, o que gera exclusão de grande parcela da sociedade brasileira em relação ao uso formal da Língua e suas normas de prestígio. Observamos isso mais precisamente no ambiente escolar. Nesse espaço, a gramática que o aluno traz à escola muitas vezes não é respeitada, uma vez que a própria escola, ao ensinar somente a gramática tradicional, exclui as outras gramáticas já internalizadas pelos alunos em seu convívio social, como no seio familiar. Ao citar Faraco (2008), Freire e Nascimento (2018) pontuam que:

A chamada norma culta está relacionada à prática linguística do grupo social escolarizado e que domina a escrita típica dos meios letrados, sendo essa norma o objeto de ensino da escola. No entanto, essa norma culta não é uniforme, mas plural e não corresponde exatamente à que está codificada nas gramáticas tradicionais (FREIRE; NASCIMENTO, 2018 p. 207).

Observamos, assim, uma dualidade no ensino, pois os estudantes vivem um conflito entre as gramáticas que trazem de casa e da rua e a gramática que se pratica na escola e demais espaços privilegiados socialmente, ocasionando o distanciamento entre a língua falada, a língua escrita e a língua exigida segundo a norma padrão.

Quando inicia a vida escolar, a criança já tem sua gramática familiar e social, construída espontaneamente no convívio com seus pares, a gramática internalizada. O que Bagno (2012, p. 23) cita como “particular, um acervo de signos e regras, naturalmente adquirido, compartilhado com outros membros da comunidade”. Na vivência estudantil, ao adentrar os muros da escola, o indivíduo vive o conflito entre a gramática ensinada em sala de aula e sua vivência cotidiana nos demais espaços de convivência.

Sobre a linguagem enquanto capacidade cognitiva exclusiva dos seres humanos, Oliveira (2016, p. 21) assevera que uma língua possui várias gramáticas, que “não há certo nem errado” nas variações de uma mesma língua, sendo o repertório linguístico um fenômeno cultural. “As línguas naturais, aquelas que adquirimos em casa, sem instrução formal, tem um lugar na escola e não apenas na sala de aula. Somos as línguas que falamos”. Para refletir sobre o papel da escola como mediadora do processo de apropriação das normas de uma língua, tratamos a seguir.

Como ensinar gramática?

Tanto pela variação linguística, tão discutida por teóricos como Marcos Bagno, mas principalmente pelo caráter excludente que a norma padrão (resultado da influência e monopólio do Português Europeu) revela em nosso meio, muitas regras do PB não têm significado para a maioria de nossos alunos, um dos motivos de encontrarem formas mais confortáveis de realizar a comunicação cotidiana. Daí os neologismos, fruto da dinâmica cultural, e os considerados “desvios” cometidos por grande parte dos falantes ao construir sentenças no ato comunicativo. A resolução desse impasse se impõe à escola, conforme assevera Bagno (2012):

O papel do professor não deve ser o de um expositor de regras sobre como a língua deve ser usada, mas, antes de tudo, o de um observador que irá conduzir os alunos na tomada de consciência sobre regras que eles internalizaram de forma natural antes mesmo de sua entrada na escola (BAGNO, 2012, p. 23/24).

Sobre desvios à norma padrão, nos anos de vivência como professores de Língua Portuguesa, prática muito comum observada entre alunos da Educação Básica é o que chamamos “língua do EMO”, vocábulo atribuído ao código comum entre jovens tanto pela influência do estilo *emo* como identidade visual e cultural de tribos urbanas Brasil a fora, como pelo hábito de trocar “amos” por “emos” na conjugação verbal. Sobre as variações observadas em situações de comunicação oral, Queriquelli (2017) pontua:

[...] qualquer um está acostumado ao sotaque, ao dialeto e às variações linguísticas que revelam o pertencimento dos falantes a comunidades de fala específicas, classes sociais, grupos étnicos ou nacionais. Essas variações são ainda mais óbvias quando a classificação se baseia em gênero ou idade, ou ainda em profissão, associação civil (como clubes ou “tribos urbanas”), filiação política, religião etc. No mundo social real, nenhuma dessas associações existe senão em combinação com outras, mesmo considerando que o contexto. A língua é um componente identitário essencial no nível pessoal. Quando uma pessoa compõe a sua personalidade a partir dos elementos disponíveis em seu meio social, ela seleciona (ou é impelida a selecionar) não apenas hábitos ou costumes, mas também os elementos linguísticos que formarão o seu idioleto, e esse idioleto naturalmente é parte de variedades dialetais e, por consequência, de um dialeto. Portanto, quando um falante, involuntariamente ou voluntariamente, assume formas típicas do PB (e não do PE, por exemplo), ou ainda de alguma variedade do PB, ele está compondo a sua identidade pessoal (QUERIQUELLI, 2017 p. 38).

Ao conjugar verbos da primeira terminação (AR) na primeira pessoa do plural (nós), tanto regulares como irregulares no pretérito perfeito, uma parcela considerável de crianças, jovens e adultos, encontra conforto em pronunciar “falemos”, “colemos”, “terminemos” e “ganhemos” ao invés de “falamos”, “colamos”, “terminamos” e “ganhamos”. Tal fenômeno também ocorre com certa naturalidade ao conjugar verbos na segunda terminação (ER), quando oscila de “emos” para “imos”, como se encontrasse mais conforto ao pronunciar “respondimos” ao invés de “respondemos”.

Numa postura até de certa forma arbitrária, é comum os professores, de imediato, corrigirem verbalmente tais conjugações oralizadas pelos alunos, o que resultam em tentativas frustradas de desconstruir tal hábito observado na fala, que também tem influenciado a escrita. Sobre a postura da escola e dos professores, Cagliari (1990) assevera que,

A escola não pode tomar a atitude linguística de que vale tudo, de que não existe o certo e o errado, porque tudo comunica [...]. A língua é falada por pessoas e as pessoas usam e abusam da língua, inclusive para justificar seus preconceitos. Portanto, a escola tem que fazer do ensino de português uma forma de o aluno compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português (CAGLIARI, 1990, p. 48).

No exercício do fazer docente, ao sermos incentivados a investigar sobre algum tema relacionado ao ensino de gramática no ambiente escolar, logo encontramos consenso em refletir sobre a língua do “emo”. Diante disso, buscamos analisar condicionantes desse desvio à norma padrão, bem como encontrar alento mediante estratégias que possam auxiliar o ensino da gramática normativa no tocante à conjugação verbal, em busca da tão sonhada obediência à norma padrão. Para tanto, fazemos a seguir, breves considerações sobre a classe gramatical Verbo.

Um olhar sobre os verbos

Sobre a classe gramatical “verbo”, no Dicionário Michaelis¹, do ponto de vista semântico, “denotam ação, processo ou estado”, já na análise sintática “funcionam como núcleo do predicado”. Haüy (2015) assinala que esse tipo de definição, porém, acaba excluindo boa parte dos verbos que não denota nenhuma dessas conceituações.

Desse modo, ela diz que a forma mais apropriada para definir o termo é a que o conceitua como “palavra que pode exprimir as modalidades de um processo ou estado (tempo, duração etc.) por meio de mudanças da forma” (Jacques Pohl apud Haüy 2015). Segundo a autora, essas variações da forma se expressam a partir das “categorias gramaticais”, constituindo a flexão verbal.

Sendo, junto ao substantivo, a classe mais variável da gramática normativa, aprender e utilizar os verbos segundo a norma padrão não é tarefa fácil para a maioria de nossos alunos. Sobre o verbo enquanto código central no sistema de signos que compõem uma língua, para a gramática normativa, segundo Xavier (2009),

Depois dos Substantivos são os Verbos as palavras mais importantes da língua. Só com um Nome e um Verbo já podem os homens exprimir uma ideia. O verbo, quer na língua materna, quer nas línguas estrangeiras, é considerado «o centro, o sol da frase» (Nery, 1993, p.33), pois todas as palavras se organizam à sua volta. É através dele que nos situamos uns em relação aos outros e que estabelecemos uma relação temporal com a realidade linguística e extralinguística (XAVIER 2009, p. 02).

Pela posição inerente ao processo comunicativo, Silva (2009, p. 175) pontua que “o verbo é o elemento desencadeador da estruturação do enunciado, é o elemento vivo, dinâmico, em torno do que, outros elementos se encaixam”. Numa visão dinâmica e pragmática, Rocha (2015) apud Rocha e Oliveira (2014, p. 272), afirma que o verbo “expressa um fato, um acontecimento: o que se passa com os seres, ou em torno dos seres. Estes acidentes gramaticais fazem com que ele mude da forma para exprimir cinco ideias: modo, tempo, número, pessoa e voz”.

Definições escolhidas, partimos agora para tentar encontrar os fatores que influenciam no desvio à norma padrão pelos estudantes ao conjugarem verbos. Conforme Bagno (2012, p. 24), “a ideia não é ensinar o aluno a usar as desinências verbais do modo como ele já as emprega, mas ajudá-lo a utilizar ferramentas de análise para sistematizar propriedades encontradas na sua própria fala”.

Nas linhas que seguem, apresentamos relato de experiência que aborda o uso da língua do “emo” por estudantes residentes na zona rural no norte do Tocantins.

A língua do “emo” praticada por estudantes da zona rural

Para realizar breve análise sobre os fatores que influenciam o aprendizado da norma culta do PB, o presente estudo traz um recorte sobre o uso da conjugação verbal por alunos do 9º ano do ensino fundamental de uma escola da zona rural no norte do Tocantins. A turma composta por 17 estudantes, sendo onze meninos e seis meninas, tem como principal característica as referências do convívio no ambiente rural desde o nascimento, em que a maioria dos familiares idosos, em especial os avós, não frequentaram a escola e os pais não concluíram a Educação Básica.

Trata-se de um público em sua totalidade identificado na base da pirâmide social, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, vivendo em sua maioria com apoio de programas de transferência de renda, do trabalho na lavoura e pecuária. Alguns são empregados avulsos de médios e grandes produtores rurais e uma pequena parcela dependente de aposentadoria de trabalhadores rurais, no caso os avós.

¹ <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/verbo#:~:text=1%20Palavra%20oral%20ou%20escrita,Deus%20ou%20a%20sua%20palavra.>

Para a realização de atividades que incluem observação da escrita e fala espontânea dos participantes, de 5 de setembro a 5 de outubro, de 2019, faz-se breve reflexão sobre o domínio da norma padrão do PB pelos participantes. A partir das desinências verbais praticadas na comunidade, com base em enunciados oralizados bem como os produzidos em sala, os dados foram coletados durante as aulas da disciplina de Aprofundamento da Leitura e da Escrita, ALE, disciplina que integra o currículo da rede estadual do Tocantins.

A partir da proposta de analisar a língua do “emo” por eles praticada nas aulas, durante duas semanas a fala espontânea dos alunos foi observada e os verbos pronunciados, anotados como registro das situações de fala. Com os exemplos selecionados, durante uma das aulas, na semana seguinte, foi solicitado à turma, com apoio da lousa, que transformassem para o plural os verbos falar, colar, terminar, ganhar e responder, conjugados na primeira pessoa, tanto do singular quanto do plural. O registro do quadro abaixo serve de ilustração para o experimento realizado em sala de aula.

Figura 01. Estudantes no momento do registro escrito



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2019

Feitas as anotações silenciosas pelos 13 alunos presentes, partimos para a leitura em voz alta e coletiva das sentenças. Houve ligeira bagunça e desarmonia nos sons produzidos devido às diferentes formas de terminações escritas. Do total em sala, 08 (oito) alunos conseguiram escrever os verbos com a desinência padrão. Fizemos o recorte de dois exemplos para representar o universo de alunos que transpôs no papel a norma padrão durante a atividade:

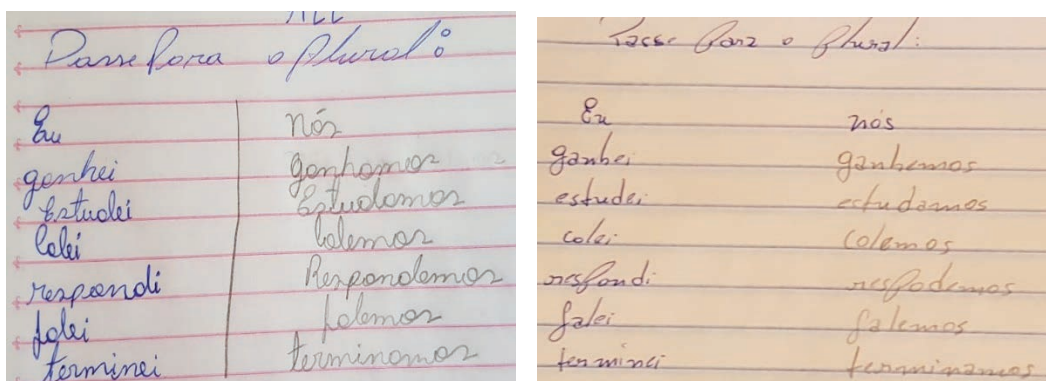
Figura 02. Conjugação verbal escrita pelos alunos em concordância com a norma padrão

Passo Para o Plural:		" Passo para o plural: "	
Eu	nós	Eu	nós
ganhei	ganhamos	Ganhei	Ganhamos
estudei	estudamos	Estudei	Estudamos
Colei	colamos	Colei	Colamos
respondei	responderamos	respondei	Responderamos
falei	falamos	falei	Falamos
terminei	terminamos	terminei	Terminamos

Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2019

Outros 05 (cinco) reproduziram no papel, vez ou outra, o mesmo arranjo utilizado na linguagem oral observada. Dos seis verbos propostos, a maior incidência de desvio para a língua do “emo” ocorreu em “falemos”, com 05 (cinco) ocorrências, conforme demonstrado abaixo:

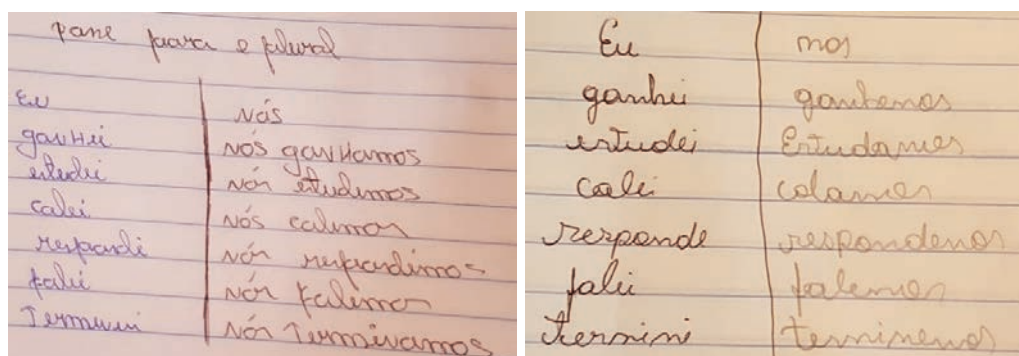
Figura 03. Conjugação verbal escrita pelos alunos com desvios à norma padrão no verbo falar



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2019

“Colemos”, teve a segunda maior incidência de desvios entre os verbos propostos com 03 (três) ocorrências; seguido de “ganhemos”, com 02 (duas) anotações. Os verbos “estudemos”, “terminemos” e “respondimos” tiveram apenas 01 (um) registro cada.

Figura 04. Conjugação verbal escrita pelos alunos com desvios à norma padrão no verbo ganhar



Fonte: Acervo dos pesquisadores, 2019

Fato importante a ser ressaltado é que não houve nenhum participante que anotasse todos os verbos com base na língua do “emo”. Em todos os cinco registros onde os desvios foram observados, alguns verbos foram escritos de acordo com a norma padrão. Além da língua do “emo”, outros desvios foram observados na escrita dos participantes, com destaque para concordância de número, quando passaram para o plural sem colocar a letra “s” ao final de alguns verbos; e questões de ordem ortográfica quando trocaram a letra “m” por “n”.

Em prosseguimento à atividade proposta, mais uma vez foi ressaltada a regra de pronúncia e escrita dos verbos, corrigindo as conjugações na lousa. Feitas as correções, fizemos nova leitura coletiva em voz alta. A expectativa poderia ser a de que a turma mudasse o hábito de fala na hora de flexionar os verbos para o plural. Porém, naturalmente, na aula seguinte as mesmas marcas de oralidade da língua do “emo” soavam novamente durante os diálogos. Na escrita, os desvios foram menos observados, o que embora pequeno, pode ser visto como avanço desses estudantes no aprendizado da norma culta da Língua Portuguesa.

Coelho (2007, p. 18) pontua que,

observa-se que a fala e a escrita de pessoas de classes sociais desprestigiadas são estigmatizadas e desvalorizadas. Os professores de língua portuguesa ainda ensinam a gramática normativa, prescrevendo regras a serem seguidas, como se “a análise sintática e morfológica dos termos da oração ajudasse na leitura e interpretação do mundo; como se a memorização de todas as conjunções fizesse do aluno um redator capaz de conferir maior coesão a suas frases e ideias no texto” (COELHO, 2007, p. 18)

Pensando no universo da sala de aula, as disparidades sociais refletidas na rotina de aprendizagem devem estimular a elaboração de estratégias de ensino que ampliem a proposta de um conhecimento mais amplo e que as variações sociais e linguísticas sejam valorizadas e utilizadas no planejamento das atividades pedagógicas. Nas palavras de Bagno (2002),

parece ser mais interessante (por ser mais democrático) estimular, nas aulas de Língua, um conhecimento cada vez maior e melhor de todas as variedades sociolinguísticas, para que o espaço da sala de aula deixe de ser o local para o espaço exclusivo das variedades de maior prestígio social e se transforme num laboratório vivo de pesquisa do idioma em sua multiplicidade de formas e usos (BAGNO, 2002, p. 32).

Assim, a sala de aula será um espaço vivo, onde a multiplicidade de formas e uso da língua seja colocada em primeiro plano e não se limite a ensinar apenas o que é superior. Sobre a postura ética que devemos assumir ao ensinar a norma padrão da língua.

Considerações Finais

A partir da experiência relatada, conclui-se que há certa disparidade linguística entre a fala e escrita no repertório de estudantes do 9º ano do Ensino Fundamental, residentes na área rural do norte do Tocantins. Porém, tal desvio à norma padrão, observado nas situações de oralidade, não é regra quando se observa o ato da escrita, o que revela que tal fenômeno não deve ser estigmatizado como não domínio ou problema linguístico no uso da norma padrão, mas como variação de ordem sociocultural, uma das marcas identitárias do grupo.

Diante do comportamento tão espontâneo da turma, ao falar de uma forma e escrever de outra, resta a reflexão de que o domínio verbal da língua não está condicionado somente às situações de oralidade de seus usuários. Bem como o ensino de gramática não deve ser orientado por uma visão unitária e autoritária. “Estamos agora olhando para o texto do aluno com a miopia da gramática tradicional e anotando os erros, sem explicar que são outras gramáticas, sem entender o que está acontecendo no texto, sem saber qual é a gramática do texto do aluno” OLIVEIRA, 2016, p. 33).

A língua não é imutável, assim como a sociedade ela vai se transformando. Por isso, o ensino dela deve seguir tais mudanças e valorizá-las como a riqueza de um grupo ou de vários deles. Desse modo, cabe ao professor a compreensão de que o ensino de Língua Portuguesa deve acompanhar as mudanças sociais e reconhecer as variações que existem.

Assim, os objetivos do ensino devem priorizar os parâmetros e as orientações curriculares nacionais e locais. Ou seja, os regionalismos devem também ser trabalhados como riqueza da língua nacional. Haja vista que, conforme defende Oliveira (2016, p. 34), “a gramática serve para que o aluno entenda a sua língua e entenda a língua do outro e, com isso, entenda que pode se movimentar nas diferentes línguas/gramáticas”.

Das lições aprendidas, não apenas a conjugação verbal feita pelos alunos, mas a do respeito, que deve ser renovado dia a dia a cada situação que nos confronte entre o mundo

ideal e o mundo real, em especial na escola. De acordo com Freire (2003, p. 27) “temos de respeitar os níveis de compreensão dos educandos – não importa quem sejam. Impor a eles a nossa compreensão em nome da sua libertação é aceitar soluções autoritárias como caminhos de liberdade”. Entender que o aluno traz para a escola uma rica experiência de vida é sinal de aprendizado também por nós professores, pois assim como Freire, em nossa prática diária “não podemos desistir da esperança porque ela é ontológica”.

Nesse sentido, precisamos partir do que o aluno conhece para o que ele desconhece para, então, articularmos as aulas de Língua. Ao conhecermos os nossos alunos e aproximarmos dele, o simples e o complexo, o novo e o velho, o formal e o informal e todas as singularidades que envolvem o sistema linguístico tendem a fazer parte da esfera educacional de forma respeitosa.

Ao pensarmos na educação emancipadora de Paulo Freire, vemos como ponto de partida para essa questão, o respeito às diferenças, a alteridade e a aproximação dos educadores com a diversidade de corpos e saberes que constituem os espaços escolares.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Língua materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2012.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018.

CAGLIARI, L. C. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1990.

COELHO, Paula Maria Cobucci Ribeiro. **O tratamento da variação linguística no livro didático de português**, 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Pós-Graduação em Linguística, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

Dicionário online do Michaelis. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/verbo#:~:text=1%20Palavra%20oral%20ou%20escrita,Deus%20ou%20a%20sua%20palavra>. Acesso em: 19 mar. 2020.

FREIRE, Gilson Costa; NASCIMENTO, Xella Ohana da Cunha. **Ensino de concordância verbal de terceira pessoa do plural por meio de suportes digitais no Ensino Fundamental**, 2018. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/entreletras/article/view/5437>. Acesso em: 06 out. 2019.

FREIRE, Paulo. Entrevista “**Nós podemos reinventar o mundo**”, 2018. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/266/paulo-freire-nos-podemos-reinventar-o-mundo> Acesso em: 13 out. 2019.

HAUY, Amini Boainain **Gramática da Língua Portuguesa Padrão**. São Paulo: Edusp, 2015.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Gramáticas na escola**. Petrópolis: Vozes, 2016.

QUERIQUELLI, Luiz Henrique M. **Filologia portuguesa**: Caderno de Estudos. Uniasselvi, 2017.

SILVA, Hilda Monetto Flores da. **Verbo-suporte ou expressões lexicalizadas?**, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/sloletras/article/view/7018>. Acesso em: 04 out 2019.

Verbo. Disponível em: http://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=verbo_Acesso em: 10 out. 2019.

XAVIER, Lola Gerald. **Ensino da gramática:** reflexões em torno do verbo, 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Comunica%C3%A7%C3%A3o.DESKTOP-R2OOF4/Downloads/Dialnet-EnsinoDaGramaticaReflexoesEmTornoDoVerbo-3398352.pdf>. Acesso em: 04 out 2019.

ROCHA, Dayane Carneiro; OLIVEIRA, Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Frutado de. Verbo: **conceito, história e ensino**, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/02/020.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

Recebido em: 14 de agosto de 2020.

Aceito em: 28 de outubro de 2020.